

Requerimento de Comissão

1016/2023

Senhor Presidente,

Requeremos a esta comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, e ao Presidente do Conselho de Ética, Sr. Rodolfo Gropen, pedido de informação sobre os procedimentos nº 03, 05, 06, 07, 08/2022 e 01 e 02/2023.

Tendo em vista a menção aos procedimentos supracitados no depoimento do Sr. Rodolfo Gropen, prestados à essa CPI em 02/03/2023, e a publicação do resultado destes no DOM de 25/04/2023, requer-se:

1. A íntegra dos procedimentos nº 03, 05, 06, 07, 08/2022 e 01 e 02/2023;
2. O parecer da PGM, citado pelo depoente, como fundamento para arquivamento de denúncia contra servidor exonerado após o início do procedimento;
3. A indicação da fundamentação de competência para análise prévia de nomeação de cargo em comissão, a exemplo do objeto do procedimento nº 02/2023.

Nos termos do Parecer PROLEG 172/2021, requeiro que o prazo de resposta do requerimento seja estabelecido em 5 (cinco) dias úteis.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.04.25 14:21:12 -03'00'

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

NOVO

CIRO DANIEL DE
SOUZA PEREIRA DA
SILVA:0150734565

Assinado de forma digital
por CIRO DANIEL DE
SOUZA PEREIRA DA
SILVA:01507345658
Dados: 2023.04.25
12:51:17 -03'00'

VEREADOR CIRO PEREIRA

PTB

WESLEY MOREIRA DE
PINHO:00315187611

Assinado de forma digital por
WESLEY MOREIRA DE
PINHO:00315187611
Dados: 2023.04.25 12:50:43 -03'00'

VEREADOR WESLEY MOREIRA

PP

CLEITON XAVIER
DA
SILVA:045637216
46

Assinado de forma digital
por CLEITON XAVIER DA
SILVA:04563721646
Dados: 2023.04.25
09:35:53 -03'00'

VEREADOR CLEITON XAVIER

PMN

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de abuso de poder.

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 25/04/2023 17:33:43 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo PI_procedimentos_CONEP.pdf
Resumo SHA256 do arquivo b69edc17c0770589240527a176b42065bf50f49de27a63b7a35bca71c6761fbc
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 4

▼ BR Assinatura por CN=CLEITON XAVIER DA SILVA:***637216**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 25/04/2023 12:35:53 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ BR Assinatura por CN=WESLEY MOREIRA DE PINHO:***151876**, OU=Certificado PF A3, OU=Videoconferencia, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐

Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	25/04/2023 15:50:43 UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=CIRO DANIEL DE SOUZA PEREIRA DA SILVA:***073456**, OU=presencial, OU=39256593000197, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	25/04/2023 15:54:17 UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	25/04/2023 17:21:12 UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuídos

Em 26/4/23

4659
Responsável pela distribuição

Modo escuro



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REI

1017/2023

Senhor Presidente,

Requeremos a esta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado por meio da Mesa, a ITAMBE ALIMENTOS LTDA, empresa com seguimento em fabricação de alimentos e bebidas, pedido de informação sobre o contrato da Sra. Dayanne Faria do Couto, atual servidora da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (BELOTUR).

O pedido de informação se justifica para a apuração desta Comissão Parlamentar de Inquérito para entender a jornada de trabalho e a carreira da atual servidora pública municipal ora mencionada. É sabido que Dayanne Faria do Couto foi Gerente de Marketing da Empresa Itambé, conforme publicação em seu perfil da rede LinkedIn, tão logo, é de interesse desta comissão apurar e comparar suas jornadas de trabalho com o Município e com a esfera privada, com o devido encaminhamento das informações pela empresa:

1. Qual era o cargo desempenhado por Dayanne Faria do Couto como funcionária da ITAMBE ALIMENTOS LTDA?
2. Qual o período em que Dayanne Faria do Couto foi funcionária da empresa?
3. Qual era a modalidade de trabalho da Dayanne Faria do Couto (presencial, híbrido e remoto)?
4. Em qual estado da federação Dayanne Faria do Couto desenvolvia suas atividades?
5. Qual o horário de trabalho de Dayanne Faria do Couto?

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 26/04/23
HORA: 11:07:12

512260



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requeremos, ainda, que o pedido de informação seja encaminhado em via física e eletrônica para a ITAMBE ALIMENTOS LTDA na R. Itambe, 10 – Ed. Itambe, Bloco 01 – Floresta, Belo Horizonte, 30.150-150. Endereço eletrônico: fiscal@itambe.com.br

Belo Horizonte, 26/04/2023

Atenciosamente,

Assinado de forma digital
por WESLEY MOREIRA DE
PINHO:00315187611
Dados: 2023.04.26
11:04:54 -03'00'

Vereador Wesley Moreira
PP

Assinado de forma
digital por CIRO
DANIEL DE SOUZA
PEREIRA DA
SILVA:01507345658
Dados: 2023.04.26
10:52:15 -03'00'

Vereador Ciro Pereira
PTB

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.04.26 09:09:54 -03'00'

Vereadora Fernanda Pereira Altoé
NOVO

Assinado de forma
digital por CLEITON
XAVIER DA
SILVA:04563721646
Dados: 2023.04.26
10:38:02 -03'00'

Vereador Cleiton Xavier
PMN

Ao Senhor

Vereador Wesley Moreira

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – Abuso de Poder da PBH



INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 26/04/2023 14:10:17 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Pedido de informação - Itambé - Dayanne Faria do Couto (1).pdf
Resumo SHA256 do arquivo faa06e0bc54dbb88424b5ffb0111bf751e8ab3e7a1bf2dad2fe7f9850dffa4cdf
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 4

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:***198986**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 26/04/2023 12:09:54 UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▼ BR Assinatura por CN=CLEITON XAVIER DA SILVA:***637216**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 26/04/2023 13:38:02 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ BR Assinatura por CN=CIRO DANIEL DE SOUZA PEREIRA DA SILVA:***073456**, OU=presencial, OU=39256593000197, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 26/04/2023 13:52:15 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐

| ▶ Atributos

▼ BR Assinatura por CN=WESLEY MOREIRA DE PINHO:***151876**, OU=Certificado PF A3, OU=Videoconferência, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

| ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	26/04/2023 14:04:54 UTC
Status dos atributos	Aprovados

| ▶ Informações do assinante

| ▶ Caminho de certificação

| ▶ Atributos

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>26 / 4 / 23</u>
<u>A. G. S. S.</u>
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

15ª REUNIÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – ABUSO DE PODER NA PBH

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.



OFÍCIO GAB-PGM/CMBH Nº 1012/2023

Belo Horizonte, 20 de abril de 2023.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho informar que o Procurador Municipal Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira foi designado para acompanhar o servidor público Thiago Penido Martins em oitiva programada para ser realizada em 10 de abril de 2023, nos termos da Lei Municipal n. 11.065/2017.

Esclarece que o Procurador Municipal exercerá sua função durante o depoimento por meio das prerrogativas previstas no art. 3º, § 2º, da Lei Federal 1.579/1952 e art. 7º da Lei Federal 8.906/1994, em especial os incisos X, XI e XII, como lhe permite a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (p. ex. HC 95.037, DJE 25-06-2008, relator o Ministro Celso de Mello, que sintetiza os precedentes mais relevantes daquela Corte).

Como é de ciência desta Comissão, dentre outros dispositivos legais aplicáveis, cabe ao advogado zelar pela observância do art. 5º, LXIII, da Constituição, aplicável também às testemunhas (STF, HC 73.035, DJE 19-12-1996, relator o Ministro Carlos Velloso), e do art. 212 do Código de Processo Penal, que prevê que não são admitidas perguntas "que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida".

Quanto à representação e acompanhamento de servidores públicos, em atos em razão de atos praticados no exercício regular de cargo ou função, é pacífico na jurisprudência pátria. Vale mencionar o entendimento do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, em artigo publicado na Revista Jurídica Consulex, acerca do juízo de valor prévio que deve ser feito quanto ao ato administrativo objeto de discussão, para se perquirir da existência da finalidade pública a autorizar a defesa do agente público pelo órgão municipal encarregado pela defesa do próprio ente:

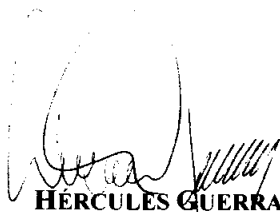
**Ao Exmo. Senhor
Vereador Wesley
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de abuso de poder
CMBH
Nesta Capital**



“(…) Com efeito, se os atos a serem defendidos vinculam-se estritamente ao desempenho das atribuições institucionais dos agentes públicos e se somente se oferecerá defesa em havendo interesse público em fazê-lo, é manifesto que o dado paradigmático reside na existência de um ato oficial veiculador de manifestação do próprio e autêntico interesse público. Em verdade, o crivo decisivo haverá de resguardar configurado exatamente na existência de interesse público em defesa do ato oficial eventualmente impugnado. Assim, verificado o interesse público na defesa do ato, haverá a representação judicial da União de contestar a impugnação contra ele oferecida, o que, ao contrário do que sugerido por alguns, constituirá ato evidentemente coerente com a defesa do agente público responsável pela prática do ato impugnado. Essas exigências evidenciam, destarte, que somente se defenderá o agente público se houver interesse público na defesa do ato por ele praticado, o que elimina a mais remota possibilidade de conflito de interesses e afigura-se obviamente consequência absolutamente natural da defesa do ato impugnado. (...) Imagine-se, por outro lado, a circunstância em que o agente público cujos atos representam a mais inequívoca manifestação da legalidade e do interesse público seja alvo de dezenas ações judiciais decorrentes de motivações eminentemente políticas. Em um tal contexto, seria legítimo que viesse o Estado a promover a defesa dos atos praticados e declinasse do dever moral de promover a defesa da prática desses mesmos atos pelo agente público ou responsável? Seria igualmente ético relegar o agente público à ruína financeira decorrente da necessidade de fazer-se representar em juízo – incontáveis vezes – a expensas próprias?”

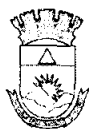
Na representação em concreto, foi identificado o interesse público na defesa da política municipal na condução das desapropriações e na execução fiscal de tributos, de modo que foi autorizada a representação, em ato de competência deste Procurador-Geral.

Assim, resta justificada a competência desta Procuradoria-Geral do Município para atuar na representação em comento, com fulcro no art. 59, inc. II e inc. V, da Lei Municipal 11.065/2017 e respaldada na vasta jurisprudência de nossos Tribunais.



HÉRCULES GUERRA

PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO



NOTA TÉCNICA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

A LEGITIMIDADE DA REPRESENTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL PELA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO.

A atuação da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte na representação e servidores públicos municipais, em processos administrativos e judiciais, em razão de atos praticados no exercício regular de cargo ou função, desde que em consonância com as orientações previstas em regulamento é admitida e se apresenta legítima, tendo em vista a hialina presença de interesse público na defesa da legalidade do ato administrativo. A respeito do assunto, à luz do que ensina Fernanda Marinela¹, sufragada pela mais abalizada doutrina administrativista, os responsáveis pelo certame questionado são agentes públicos a serviço da Administração Pública:

“A expressão agente público é a mais ampla para designar de forma genérica e indistinta os sujeitos que exercem funções públicas, que servem ao Poder Público como instrumentos de sua vontade ou ação, independentemente do vínculo jurídico, podendo ser por nomeação, contratação, designação ou convocação. Independe, ainda, de ser essa função temporária ou permanente e com ou sem remuneração. **Assim, quem quer que desempenhe funções estatais, enquanto os exercita, é um agente público.**” (grifo acrescido)

A Constituição da República de 1988 dispõe sobre a Advocacia Pública nos seguintes termos:

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. (...)

Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas. (...)

¹MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013, p. 605.



A partir dos dispositivos transcritos é possível extrair que, entre as atribuições da advocacia pública, está a de representar a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios, tanto judicial quanto extrajudicialmente, no que se refere aos atos praticados por seus agentes públicos, na qualidade de representantes da vontade estatal. Os artigos retromencionados, presentes na Constituição da República, são aplicáveis ao caso ora apreciado, que envolve a manifestação do Município de Belo Horizonte, por força do princípio da simetria, restando acertado finalmente que compete à Advocacia Pública de todos os entes da federação a sua representação judicial e extrajudicial.

Ademais, a Lei Municipal n. 11.065/2017, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Direta do Município, prevê, em seu art. 59, incisos II e V, a competência desta Procuradoria Geral para a representação, judicial e extrajudicial, do Município, das entidades da Administração Indireta e, em determinadas situações, dos seus agentes públicos, *in verbis*:

Art. 59 – A Procuradoria-Geral do Município – PGM – tem como competência planejar, coordenar, controlar e executar as atividades jurídicas de interesse do Município, notadamente no que se refere às atividades de:

(...)

II – representação do Município em qualquer juízo ou tribunal;

(...)

V – representação de servidores públicos do Poder Executivo em ações judiciais e processos administrativos nos quais figurem como parte em razão de atos praticados no exercício regular de cargo ou função, desde que em consonância com as orientações previstas em regulamento;

A respeito do tema, vale destacar a manifestação exarada no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, nos autos do processo n. 804.610. Na ocasião, discutiu-se a respeito da defesa do Chefe do Poder Executivo em processos judiciais e/ou extrajudiciais por Procurador Municipal. Vejamos:

“Vale ressaltar, ainda, que seria demasiadamente injusto impor aos agentes públicos o pesado ônus de custear defesas em ações – muitas vezes movidas por interesses unicamente políticos ou pessoais – em face de **atos legítimos, inseridos em seu rol de competências e voltados ao interesse público**. Portanto, revela-se acertado o entendimento de que o art. 131 da Constituição Federal implicitamente traz, entre as atribuições da advocacia pública, a de representar os agentes públicos tanto judicial quanto extrajudicialmente.” (grifos nossos)

Dos argumentos acima colimados, o Ministério Público de Contas concluiu:



“Pelo exposto, opina o Ministério Público de Contas que deve ser firmada jurisprudência no seguinte sentido:

a) **A advocacia pública tem competência para representar agentes públicos, judicial e extrajudicialmente.** Para tanto, necessita empreender juízo de valor prévio acerca da juridicidade do ato que se encontra em discussão, somente podendo negar-se a fazer a defesa do agente em face da existência de atos ilícitos *prima facie*. **Em casos dúbios, a advocacia deve realizar a defesa,** sendo que, se ao final for constatada a antijuridicidade do ato defendido, o agente público deve ressarcir ao erário o valor correspondente à representação, tomando-se como parâmetro a tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil; (...)” (grifos nossos)

Convém notar que a referência da lei municipal à noção de “parte” só se aplica aos processos judiciais, uma vez que nos processos administrativos, também referidos na lei, nem sempre há partes no sentido técnico do termo, mas apenas interessados. No inquérito policial ou no inquérito parlamentar, que são espécies de processos administrativos investigatórios, os depoentes, mesmo que testemunhas, podem ser representados por advogados por força do art. 3º, § 2º, da Lei Federal n. 1.579/1952, acrescentado pela Lei Federal n. 10.679/2003. Assim, se os depoentes são agentes públicos municipais que foram chamados a depor em razão de atos praticados no exercício de suas funções, não há razão jurídica para deixar de lhes aplicar a possibilidade de representação pelo advogado público.

De se realçar, ainda, o entendimento do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, em artigo publicado na Revista Jurídica *Consulex*² acerca do juízo de valor prévio que deve ser feito quanto ao ato administrativo objeto de discussão, para se perquirir da existência da finalidade pública a autorizar a defesa do agente público pelo órgão municipal encarregado pela defesa do próprio ente:

“(…) Com efeito, se os atos a serem defendidos vinculam-se estritamente ao **desempenho das atribuições institucionais** dos agentes públicos e se somente se oferecerá defesa em **havendo interesse público** em fazê-lo, é manifesto que o dado paradigmático reside na existência de um ato oficial veiculador de manifestação de manifestação do próprio e autêntico interesse público. Em verdade, o crivo decisivo haverá de resguardar configurado exatamente na **existência de interesse público em defesa do ato oficial eventualmente impugnado**. Assim, **verificado o interesse público na defesa do ato, haverá a representação judicial da União** de contestar a impugnação contra ele oferecida, o que, ao contrário do que sugerido por alguns, **constituirá ato evidentemente coerente com a defesa do agente público responsável pela prática do**

² V.5, n. 103, abr. 2001. P.22-27.



ato impugnado. Essas exigências evidenciam, destarte, que somente se defenderá o agente público se houver interesse público na defesa do ato por ele praticado, o que elimina a mais remota possibilidade de conflito de interesses e afigura-se obviamente consequência absolutamente natural da defesa do ato impugnado. (...) Imagine-se, por outro lado, a circunstância em que o agente público cujos atos representam a mais inequívoca manifestação da legalidade e do interesse público seja alvo de dezenas ações judiciais decorrentes de motivações eminentemente políticas. Em um tal contexto, seria legítimo que viesse o Estado a promover a defesa dos atos praticados e declinasse do dever moral de promover a defesa da prática desses mesmos atos pelo agente público ou responsável? Seria igualmente ético relegar o agente público à ruína financeira decorrente da necessidade de fazer-se representar em juízo – incontáveis vezes – a expensas próprias?”

Não parece razoável ou mesmo possível que se atribua à Advocacia Pública a defesa do órgão, que não possui capacidade volitiva, sem considerar a defesa dos agentes públicos que atuam em nome do ente municipal. Ademais, é imperioso ressaltar que os agentes públicos, atuando nessa qualidade, integram a estrutura organizacional dos órgãos a que estão vinculados. Em outras palavras, os agentes públicos fazem parte dos órgãos, sendo responsáveis por exprimir a sua vontade, nos limites de sua competência institucional.

À toda evidência, se os atos praticados pelos agentes públicos foram respaldados em pareceres da advocacia pública ou constituem execução de atos ou contratos embasados nestes mesmos pareceres, apresenta-se razoável que a Administração Pública assuma a responsabilidade pela defesa de seus agentes públicos, pois, não seria justo impor-lhes o ônus financeiro de arcar com ações atreladas ao desempenho de suas funções institucionais.

Uma vez aceita pela Procuradoria-Geral do Município a representação do agente público, o procurador assume a atuação como seu advogado, devendo desempenhar seu mister com a mesma qualidade e denodo que um advogado privado faria, de modo a propiciar ao agente público a segurança necessária para a prática dos atos de sua competência. É nesta segurança que reside o interesse público em sentido técnico-jurídico, a ser atendido pela atuação do advogado público. Seria desleal perante o servidor público que a Procuradoria-Geral do Município aceitasse representá-lo, mas não desempenhasse sua função de modo pleno.

Em síntese, ao realizar juízo de valor prévio acerca dos atos praticados pelos agentes públicos, possível aferir a existência de finalidade pública à luz do caso concreto na atuação da advocacia



pública municipal na presente defesa. Evidentemente, trata-se da finalidade pública como tal entendida nos atos do Poder Executivo, que pode vir a ser desconstituída posteriormente por decisão judicial, inclusive em função do relatório final de inquérito policial ou parlamentar. No entanto, até que isto ocorra, é legítimo que a advocacia pública procure defender tanto o ato quanto seu autor, valendo-se de todas as prerrogativas legais do advogado.

Ademais, a legitimidade da representação desta Procuradoria-Geral para atuar na defesa de seus agentes públicos já foi objeto de apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em parecer datado de 22 de julho de 2019 nos autos do processo n. 1071312, entendendo pela sua legitimidade, conforme trecho a seguir:

II- FUNDAMENTAÇÃO

II.1- Legitimidade da representação

Os procuradores municipais alegaram, preliminarmente, às fls.28-30v, a legitimidade da Procuradoria Geral do Município para atuar no feito e na defesa dos agentes: Alexandre Kalil, Prefeito de Belo Horizonte; André Abreu Reis, Secretário Municipal; Jackson Machado Pinto, Secretário Municipal; e Fuad Jorge Noman Filho, Secretário Municipal. Análise técnica:

Constata-se que a representação encontra-se regular nos termos da legislação municipal (art.59, incisos II e V, da Lei Municipal n.11.065, de 1º de agosto de 2017).

A competência da Procuradoria-Geral do Município para representar os servidores se estende a todos os atos para os quais é intimado, convocado ou convidado para prestar esclarecimentos sobre atos e fatos relacionados com suas funções institucionais. A intenção da lei é dar aos servidores a tranquilidade para o exercício regular de seu cargo.

Esse procedimento é comum nos diversos entes da Federação. No âmbito da União, a representação extrajudicial de agentes públicos da União, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo federais, este restrito à Administração Direta, quanto aos atos praticados no exercício de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares, no interesse público, compete à Consultoria-Geral da União e aos seus órgãos de execução e fundamenta-se no art. 131, caput, da Constituição Federal, no art. 1º, caput, da Lei Complementar 73, de 1993, no art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, no art. 37, XII e XVII, da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, nos artigos 1º, caput, 12, III e 16, I e II, do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 2010, no art. 15 do Decreto nº 9.830, de 10 de junho



de 2019, e nos artigos 7º a 18 da Portaria CGU nº 42, de 25 de outubro de 2018, alterada pela Portaria CGU nº 11, de 20 de março de 2020.

A representação extrajudicial dos agentes públicos vinculados à Administração Pública Federal Indireta, por seu turno, compete à Procuradoria-Geral Federal, nos termos do art. 35, caput, do anexo I do Decreto nº 7.392, de 2010 e normas de regência daquele órgão superior.

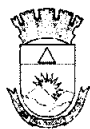
Em qualquer hipótese, a defesa será pautada pelos princípios enumerados no art. 37 da Constituição Federal de 1988, quais sejam, legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e finalidade.

Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995:

Art. 22. A Advocacia-Geral da União e os seus órgãos vinculados, nas respectivas áreas de atuação, ficam autorizados a representar judicialmente os titulares e os membros dos Poderes da República, das Instituições Federais referidas no Título IV, Capítulo IV, da Constituição, bem como os titulares dos Ministérios e demais órgãos da Presidência da República, de autarquias e fundações públicas federais, e de cargos de natureza especial, de direção e assessoramento superiores e daqueles efetivos, inclusive promovendo ação penal privada ou representando perante o Ministério Público, quando vítimas de crime, quanto a atos praticados no exercício de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares, no interesse público, especialmente da União, suas respectivas autarquias e fundações, ou das Instituições mencionadas, podendo, ainda, quanto aos mesmos atos, impetrar habeas corpus e mandado de segurança em defesa dos agentes públicos de que trata este artigo.

São conhecidas as atuações da Advocacia-Geral da União fez a defesa da ex-presidente Dilma Rousseff, no processo de impeachment, como também acompanhou e pediu habeas corpus para o General Pazuello, quando Ministro da Saúde, em seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia no Senado Federal:

<https://www12.senado.leg.br/radio/-/noticia/2021-05-13/agu-pede-habeas-corpus-para-pazuello-ficar->



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte
Gabinete do Procurador-Geral do Município*

calado-na-cpi-da-pandemia

<https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/rosso-decide-que-agu-pode-fazer-defesa-de-dilma-no-impeachment.html>

Não vemos razão para que uma interpretação restritiva do termo “*partes*” conduza a uma restrição das possibilidades de defesa dos agentes públicos federais em comparação com os agentes públicos federais.

A alternativa a este entendimento seria aquele adotado por algumas empresas estatais como a Caixa Econômica Federal e a CEMIG, que contratam e pagam seguradoras que remuneram advogados privados escolhidos pelos seus diretores, inclusive em comissões parlamentares de inquérito, como se viu na CPI da CEMIG na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em que seu diretor jurídico foi representado por um renomado criminalista mineiro (<https://youtu.be/hOvv0SvCcRk>). A alternativa seria onerosa para entes que já mantêm um corpo jurídico qualificado, como o Município de Belo Horizonte.

Assim, consideramos bem fundamentada a competência desta Procuradoria-Geral do Município para atuar, através dos procuradores municipais na representação de servidores e agentes políticos, em ações judiciais e processos administrativos, inclusive inquéritos policiais ou parlamentares, em razão de atos praticados no exercício regular de cargo ou função, desde que em consonância com as orientações previstas em regulamento; com fulcro no art. 59, inc. II e inc. V, da Lei Municipal 11.065/2017 e respaldada na vasta jurisprudência de nossos Tribunais, bem como a possibilidade do advogado público se valer de todas as prerrogativas legais dos advogados em geral.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2023.

HERCULES GUERRA
(29465036668)
AC VALID RFB v5
Em sexta-feira, 14 de abril de 2023
às 15:33



HÉRCULES GUERRA

PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º 336/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte, 18 de abril de 2023.

REF.: TAG 355597

Prezada senhora,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 783/2023, de autoria dos Vereadores Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Uner Augusto e Wesley Moreira e da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informação acerca do Ofício SUREM/DAIE-SURIN nº060/2023, segue Ofício SUDECAP/EXTER nº 110/2023, da Superintendência de Desenvolvimento da Capital, contendo as informações sobre as desapropriações ocorridas na Quadra 24 referente a obra de implantação e alargamento da Av. Dom Pedro I

Atenciosamente,

LEANDRO
CESAR PEREIRA
08012044617

Assinado digitalmente por LEANDRO CESAR PEREIRA 08012044617
DN: c=BR, o=REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ou=GOV.BR, ou=CNPJ, ou=LEANDRO CESAR PEREIRA 08012044617
Serial: 22770199000105
Data: 2023.04.18 11:15:52
Fórmula: 1.2.1

LEANDRO CÉSAR PEREIRA
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

À senhora

Luana Magalhães de Araújo Cunha

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

EM 20 / 4 / 23

476

Responsável pela distribuição

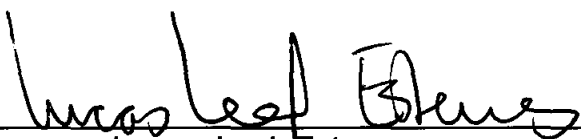


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Documento pt SIL 2221/23

O documento foi publicado com informações ocultadas, a fim de preservar o sigilo de dados pessoais. O documento integral pode ser consultado na via física, disponível nesta diretoria até o fim desta Legislatura. Após esse período, será encaminhado ao arquivo público do Município.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2023



Lucas Leal Esteves
Diretor do Processo Legislativo

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE

LUCAS COUTO DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CPF sob [REDACTED], com endereço em [REDACTED]


OUTORGADOS

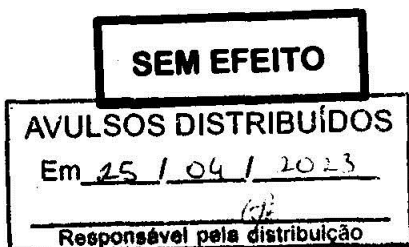
FELIPE MACHADO PRATES, OAB/MG 140.190; DÉBORA SANTOS TAVARES, OAB/MG 206.503, MARIA ANTÔNIA CHAVES REIS REZENDE DUTRA, OAB/MG 223.467, ANA LUIZA VICTOR UTSCH LEITE, OAB/MG 57.233-E, todos membros do escritório GONÇALVES BOSON ARRUDA ADVOGADOS, sociedade de advogados inscrita no CNPJ sob o nº 02.983.669/0001-76, com sede na Rua Sinval de Sá, nº 326, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG, CEP 30380-070.

PODERES

São conferidos aos outorgados os poderes da cláusula "ad judícia et extra", atuando em qualquer instância, Juízo ou Tribunal, notadamente para atuação em Comissão Parlamentar de Inquérito e Inquérito Policial, podendo os outorgados impetrar mandados de segurança e *habeas corpus*, ter vista dos autos, substabelecer e praticar os demais atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

Belo Horizonte, 20 de abril de 2023.


LUCAS COUTO DE SOUZA
CPF nº 027.730.376-18



PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 20/04/2023
HORA 16:36:28

ASSINADO DIGITALMENTE
FELIPE MACHADO PRATES

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://reapre.gov.br/assinador-digital>

 e-Signature

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com Resolução CG ICP-Brasil nº 182/2021

Data de verificação 20/04/2023 19:42:06 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Procuração Lucas Couto.pdf
Resumo SHA256 do arquivo ad6e94fc2bc0f3c6487c413148e5e19a9051c9a092a4705f37579a164f9a929a
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ Informações da LPA

► LPA CAdeS v2

▼ Informações de política

► PA_AD_RB_v2_3.der (2.16.76.1.7.1.1.2.3)

▼ BR Assinatura por CN=FELIPE MACHADO PRATES, OU=ADVOGADO, OU=Assinatura Tipo A3, OU=Presencial, OU=18517917000123, OU=AC OAB, O=ICP-Brasil, C=BR

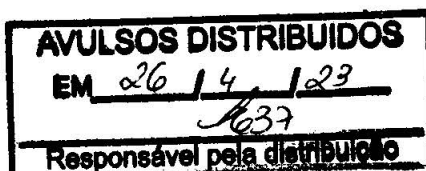
▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Política utilizada PA_AD_RB_v2_3.der (2.16.76.1.7.1.1.2.3)
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 20/04/2023 15:55:25 UTC
Status dos atributos Aprovados
Certificados necessários Assinante apenas

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos



AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐